

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM  
CONTABILIDADE E FINANÇAS – FUCAPE**

**JEAN DA SILVA BARROS**

**ASSET REVALUATION AND MATCHING:** um estudo empírico da  
reavaliação de ativos das empresas listadas na B3 sob a ótica da  
confrontação receitas com despesas

**VITÓRIA**

**2018**

**JEAN DA SILVA BARROS**

**ASSET REVALUATION AND MATCHING:** um estudo empírico da reavaliação de ativos das empresas listadas na B3 sob a ótica da confrontação receitas com despesas

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante, na área de concentração Contabilidade Gerencial.

Orientador: Dr. Fábio Moraes da Costa.

**VITÓRIA  
2018**

## **JEAN DA SILVA BARROS**

**ASSET REVALUATION AND MATCHING:** um estudo empírico da reavaliação de ativos das empresas listadas na B3 sob a ótica da confrontação receitas com despesas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante – linha de pesquisa Contabilidade Gerencial.

Aprovada em 04 de abril de 2018.

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. FÁBIO MORAES DA COSTA**

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças  
(FUCAPE)

---

**Profa. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA**

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças  
(FUCAPE)

---

**Prof. Dr. POLIANO BASTOS DA CRUZ**

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças  
(FUCAPE)

Dedico este trabalho aos meus pais, Espedito (*in memoriam*) e Maria Lucila, por nunca esmorecer e demonstrar que valores éticos e morais sempre prevalecem, e aos professores, seres predestinados a melhorar a sociedade e a perspectiva de vida de toda uma geração.

## **AGRADECIMENTO**

À Deus pela vida, pela coragem, perseverança e por proporcionar a uma pessoa tão pequena tantas experiências.

Aos meus pais que mesmo em dificuldade sempre me mostraram que o esforço e a qualificação profissional podem mudar o *status quo* de qualquer indivíduo.

Aos professores da FUCAPE, em especial, aos doutores Fábio Moraes da Costa e Felipe Ramos Ferreira que com sabedoria, inovação e paciência nos apresentaram novos caminhos e ensinamentos dentro da profissão contábil.

À minha esposa Maria Cristina e meus filhos Lucas e Ana Clara que trazem felicidade aos meus dias e souberam lidar com a ausência e os momentos de apreensões vividas durante todo o período destinado ao aprimoramento profissional.

Aos meus irmãos Nilson, Ilza, Nilton, Paulo, Liliane, Lucila, Joana Angélica e Luiz Fernando pelo exemplo e apoio em qualquer situação.

“Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente de qualquer jeito”. Martin Luther King

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a qualidade da informação contábil antes e após a proibição da reavaliação de ativos imposta pela Lei 11.638/2007. Sob a ótica da teoria da confrontação receitas/despesas idealizada por Littleton e Paton (1940) e através da regressão de séries temporais das correlações da receita operacional líquida com as despesas operacionais foi analisado os dados das empresas listadas na B3 entre os anos de 1995 a 2016 com o objetivo de identificar se a confrontação receitas/despesas melhorou ou piorou com a mudança da norma contábil. Os resultados indicam que a utilização do valor justo foi capaz de influenciar o nível de despesas e resultar em uma correlação superior com as receitas, tanto para a confrontação receitas/despesas quanto para receitas/custo das mercadorias vendidas. Há de se considerar que o *matching* inferior após 2008 é um forte indicio de que a proibição da reavaliação de ativos é um dos fatores que ajudam a diminuir o poder informacional dos relatórios contábeis brasileiros.

**Palavras-Chave:** Reavaliação de Ativos. Confrontação receitas/despesas. Valor Justo.

.

## **ABSTRACT**

This research analyzes the quality of accounting information before and after the prohibition of asset reassessment imposed by Law 11,638 / 2007. From the perspective of the revenue / expenditure comparison theory devised by Littleton and Paton (1940) and through the regression of time series of correlations of net operating revenue with operating expenses, we analyzed the data of the companies listed in B3 between 1995 and 2016 in order to identify whether the comparison of revenues / expenses has improved or worsened with the change in the accounting standard. The results indicate that the use of fair value was able to influence the level of expenses and result in a higher correlation with revenues, both for the comparison of revenues / expenses and for revenue / cost of goods sold. It must be considered that the inferior matching after 2008 is a strong indication that the prohibition of asset revaluation is one of the factors that help to reduce the informational power of the Brazilian accounting reports.

**Keywords:** Revaluation Assets. Matching. Fair Value.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatística descritiva .....	28
Tabela 2: Regressão período permitido. ....	29
tabela 3: Estatística descritiva período onde não se permite a reavaliação de ativos. .....	31
Tabela 4: Regressão da correlação receita/despesas e receitas/cmv no período pós- proibição da reavaliação de ativos no brasil.....	32
Tabela 5: Confrontação da regressão do período permitido com o período proibido. .....	33

## LISTA DE SIGLAS

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão

BMF&BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BOVESPA - Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

CEO – *Chief Executive Officer* ou Diretor Executivo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

COMMON LAW – Termo utilizado nas ciências jurídicas para se referir a um sistema de Direito cuja aplicação de normas e regras não estão escritas, mas sancionadas pelo costume ou pela jurisprudência.

COVENANTS - Itens dos contratos dos empréstimos e financiamentos, criados para proteger o interesse do credor.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

FASB – Financial Accounting Standards Boards

FIPECAFI – Fundação Instituto de pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IASB – International Accounting Standards Boards

IFRS – International Accounting Standards Boards

MATCHING - Princípio da Confrontação das Receitas com as Despesas

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

STAKEHOLDER – Parte interessada ou interveniente.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
2.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	15
2.2 CONFRONTAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS ( <i>MATCHING</i> )	18
2.3 HIPÓTESES.....	20
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
3.1 COLETA DE DADOS E VARIÁVEIS.....	22
3.2 MODELO EMPÍRICO.....	24
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>27</b>
4.1 PERÍODO EM QUE AS REAVALIAÇÕES ERAM PERMITIDAS NO BRASIL (ATÉ 2007) .....	27
4.2 PERÍODO EM QUE AS REAVALIAÇÕES SÃO PROIBIDAS NO BRASIL (2010 A 2016).....	30
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>37</b>

## Capítulo 1

### 1. INTRODUÇÃO

Emissores de pronunciamentos contábeis geralmente desenvolvem seus Arcabouços Conceituais com base na *balance-sheet approach* ou da *income statement approach* (ZIMMERMAM; BLOOM, 2016; COSTA et al, 2018; HE; SHAN, 2016). Ao longo da evolução da regulação contábil nas últimas décadas, percebe-se uma preferência, por parte de organismos como o International Accounting Standards Board (IASB) e o Financial Accounting Standards Board (FASB) pelo *balance-sheet approach* (STOREY; STOREY, 1998; ZEFF, 1999). A *balance-sheet approach* normalmente leva à ampliação do uso do valor justo e à retirada do princípio do “custo histórico como base de valor”, com a consequente retirada do princípio da confrontação entre receitas e despesas, que são pilares da *income statement approach*.

Para Littleton (1928) e Paton e Littleton (1940), o *matching* ou alinhamento entre receitas e despesas deveria ser a principal preocupação da geração de informações contábeis que visam capturar a performance de gestores. Segundo Zimmermam e Bloom (2016), Donelson et al. (2012) e Dichev et al. (2013), o *matching* é útil aos usuários da informação contábil porque contribui para o potencial de capacidade dos lucros atuais em prever o desempenho futuro da empresa sendo, portanto, relevante para a determinação do valor das empresas.

Pesquisadores como Dichev e Tang (2008) evidenciam que a confrontação vem diminuindo ao longo dos anos e atribuem essas alterações

às mudanças nas normas contábeis, incluindo a migração para o uso do valor justo para a mensuração de determinados tipos de ativo e de passivo. Em contraponto, Donelson et al. (2012) apresentam evidências que indicam que a piora do *matching* nas últimas décadas estaria mais relacionada à oscilações da economia mensurados pelos “itens especiais” do que à migração para a *balance-sheet approach*. Trata-se, portanto, de questão atual e ainda debatida na literatura.

Apesar de pesquisadores normalmente indicarem que o uso do valor justo levaria à redução ou piora do *matching* entre receitas e despesas, Costa et al. (2018) argumentam de que ao menos uma das aplicações do valor justo, a chamada reavaliação de ativos, levaria à melhora da confrontação. Em sua argumentação, Costa et al. (2018) mencionam evidências geradas por Konchitchki (2011), que demonstra que parte significativa da oscilação de valor de itens de estoque e de imobilizado seriam, na verdade, captura de efeitos inflacionários. Neste caso, o processo de reavaliar ativos ajustaria o valor das despesas de depreciação, que se aproximariam do valor de reposição e levariam a uma melhor confrontação com as receitas, dado que estas estariam representadas por valores correntes. Em sua pesquisa, Costa et al. (2018) apresentam evidências de que o *matching* de empresas que reavaliam é superior ao das que não optam por tal política de mensuração de imobilizado.

As evidências de Costa et al. (2018) sobre a melhora do *matching*, somadas às evidências de melhoria de outras características da qualidade da informação contábil (ABOODY; BARTH; KASZNIK, 1999; EASTON; EDDEY; HARRIS, 1993; BARTH; CLINCH, 1998) foram normalmente analisadas no contexto de companhias listadas no Reino Unido. Por outro lado, quando a

reavaliação é analisada em ambientes institucionais diferentes, as evidências indicam que a informação não é *value-relevante* (LOPES; WALKER, 2012) ou até que sua escolha não passaria “no teste de mercado” (CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013).

Caso a hipótese de Costa et al. (2018) esteja correta, a reavaliação levaria à melhora de *matching* e, potencialmente, tal efeito seria ampliado em ambientes com níveis inflacionários mais altos do que os de países desenvolvidos. Além disso, se a hipótese dos autores estiver correta, a diferença no *matching* entre empresas reavaliadoras e não reavaliadoras deveria ser reduzida ou até desaparecer no caso de proibição de reavaliação. Para que seja possível avaliar se as assertivas encontram subsídio em evidências empíricas, o Brasil torna-se o contexto ideal para a realização do teste, pois não só seus níveis de inflação são mais elevados do que os do Reino Unido, como também o país aceitou a reavaliação entre 1995 e 2007 e proibiu sua aplicação a partir de 2008 (TAVARES FILHO et al, 2011).

Com base no exposto, o propósito da pesquisa consiste em avaliar se a confrontação (*matching*) entre receitas e despesas para companhias que optavam pela reavaliação no Brasil é superior à apresentada por aquelas que não reavaliavam seus ativos. Adicionalmente, avalia-se se tal diferença foi reduzida ou eliminada após a proibição da reavaliação no país.

Utilizando a metodologia de Costa et al (2018), em que o *matching* é medido através da regressão da correlação entre receitas e despesas em janelas temporais de cinco anos, foram comparadas as empresas listadas na B3 que optaram pela reavaliação de ativos e as que não optaram no período entre 1995 a 2007. Em seguida, entre os anos de 2010 a 2016, foram

comparadas as correlações das empresas que costumavam reavaliar seus ativos com as que não eram reavaliadoras no período anterior.

As evidências encontradas indicam que a correlação entre receitas e despesas (tanto para as operacionais quanto para o custo de mercadorias vendidas), é superior para empresas que reavaliam em comparação àquelas que não optaram pela reavaliação. Quando da proibição da reavaliação, a diferença positiva na correlação deixa de existir quando comparadas as empresas que costumavam reavaliar seus ativos e as que não reavaliavam.

A pesquisa contribui para o debate sobre a utilização do valor justo e seus efeitos na qualidade de lucros. Ao menos em relação à reavaliação de ativos, as evidências indicam que há um efeito positivo para a confrontação de receitas com despesas, diferentemente do que é argumentado por alguns autores (DICHEV; TANG, 2008). As evidências brasileiras estão em linha com os achados de Costa et al (2018) e podem contribuir para o debate no Brasil sobre a sua proibição, dado que consiste na única jurisdição que adotou as International Financial Reporting Standards (IFRS), mas que restringe tal política contábil.

## Capítulo 2

### 2. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

A convergência às normas contábeis internacionais (IFRS) resultou no aumento da utilização do valor justo em detrimento à utilização do custo histórico com base no valor e uma das ferramentas que utilizam essa metodologia é a reserva de reavaliação, por outro lado, o Brasil, ao contrário do que ocorreu no restante da comunidade internacional, decidiu por proibir a utilização da referida reserva como instrumento para a correção dos valores de seus ativos (TAVARES FILHO, 2011).

A literatura contábil internacional, principalmente estudos realizados no Reino Unido e na Austrália, destaca haver um ganho na qualidade informacional das empresas que realizam a reavaliação ativos. Esta melhora é atribuída à utilização do *fair value*, posto que a avaliação ao preço de mercado torna as demonstrações das empresas mais justas e próximas do seu valor real. (ABOODY; BARTH; KASZNIK, 1999; EASTON; EDDEY; HARRIS, 1993).

No Brasil, a opção de reavaliação de ativos antes discriminada no art. 182, §3 da Lei 6.404/76, tinha por finalidade registrar no balanço patrimonial bens com valores mais próximos dos preços de reposição. Para tanto, era facultada às empresas a escolha da política de mensuração dos ativos imobilizados pelo seu “valor de mercado”.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no intuito de limitar a extensão da reavaliação de ativos, editou a deliberação 183/95, restringindo a

prática contábil aos bens tangíveis. A contrapartida de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações era reconhecida como reserva de reavaliação.

No intuito de normatizar o assunto, o Conselho Federal de Contabilidade emite a Resolução CFC 1.004/2004, aprovando a NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos, estabelecendo que as empresas que optarem pelo método da reavaliação devem realizá-las periodicamente, evitando distorções relevantes entre o valor de mercado e os bens reavaliados na data do balanço, sempre observando os prazos:

a) Anualmente, para contas ou grupo de contas, cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;

b) A cada quatro anos, para ativos cuja oscilação do preço do mercado não seja relevante, incluídos os bens adquiridos após a última reavaliação;

c) Observado o conceito e os prazos apresentados, a empresa pode optar por um sistema rotativo, realizando periodicamente reavaliações parciais, por rodizio, com cronogramas definidos, que cubram a totalidade dos ativos a reavaliar a cada período.

A existência de uma escolha contábil para a definição da política de mensuração de ativos imobilizados motivou estudos no Brasil. Alguns dos estudos possuíam como foco apresentar estatísticas descritivas sobre como a reavaliação trazia impactos nas contas de imobilizado, de depreciação e do patrimônio líquido (SANTOS, 2008; SZUSTER; FERNANDES, 2008; SCHVIRCK; GIASSON, 2008). Outros apresentaram dados sobre a *value-*

*relevance* da reserva de reavaliação no Brasil, indicando uma relação negativa entre valores de mercado e o montante contabilmente reconhecido (BATISTELLA, 2011; TEIXEIRA FILHO et. al., 2004; LOPES; WALKER, 2012). Somadas, as evidências brasileiras têm indicado que as reavaliações seriam motivadas por questões mais relacionadas à melhora de indicadores e que não teriam, portanto, preocupação com a produção de informações contábeis de maior utilidade (vide, por exemplo, as conclusões de LOPES; WALKER, 2012).

Diferentemente de evidências brasileiras, estudos têm demonstrado que a reavaliação de ativos produzira efeitos positivos na qualidade da informação contábil (ABOODY; BARTH, KASZNIK, 1999; EASTON; EDDEY; HARRIS, 1993; PAIK, 2009; BAEK e LEE, 2016).

Aboody, Barth e Kasznik (1999) ao analisar as reavaliações de ativos fixos das empresas do Reino Unido entre os anos de 1983 e 1995 demonstram que as mudanças no desempenho operacional estão positivamente associadas ao lucro líquido e ao valor contábil do patrimônio líquido e que as reavaliações ascendentes são positivamente associadas ao retorno. Esses autores ainda evidenciam que a relação entre os valores de reavaliação e desempenho, preços e retornos futuros são menores para empresas que apresentam maiores índices de dívida para o capital próprio. Easton, Eddey e Harris (1993) ao investigar a associação entre reavaliações de ativos, preços e retornos em uma amostra de empresas australianas sustentam que os valores atribuídos aos ativos em razão da reavaliação de ativos estão mais alinhados ao mercado que os mensurados pelo custo histórico demonstrando que essa prática ajuda a fornecer uma melhor apresentação do estado atual das empresas.

Paik (2009) ao estudar a relação entre a mudança nas reservas de reavaliação e o preço das ações em 15 países divididos em *common law* e *code law*, demonstra que as reavaliações são relevantes para países que apresentam ordenamento jurídico baseados em direito comum, por outro lado, em países onde o sistema legal possui forte influência dos organismos governamentais essa relevância não existe. Já Baek e Lee (2016) encontraram evidências de que a utilização do critério de valor justo fornece informações mais relevantes, diminui a assimetria da informação e aumenta a eficácia na tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

## 2.2 CONFRONTAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS (MATCHING)

Paton e Littleton (1940) argumentam que para mensurar de maneira adequada a performance dos gestores, um dos pilares deve ser o da confrontação de receitas com despesas. Assim três conceitos seriam fundamentais para a mensuração do lucro: (1) custo histórico como base de valor, que representaria a ação dos gestores ao decidirem investir em ativos; (2) princípio da realização da receita, em que são reconhecidas com base no esforço exercido pelos gestores e; (3) princípio da confrontação entre receitas e despesas, permitindo a geração da informação fundamental de performance: o resultado contábil (vide, por exemplo, a defesa da *income statement approach* realizada por LITTLETON, 1928).

O princípio da confrontação já era utilizado nas décadas que antecederam a monografia de Paton e Littleton (1940). E conforme Zeff (1999), somente a partir da década de 1970 teve início a migração para a *balance-*

*sheet approach*, em que a confrontação deixa de ser um dos pilares, em virtude da mudança do objetivo da informação contábil e o estabelecimento de características qualitativas (ZEFF, 1999).

Mesmo com a retirada do princípio da confrontação em arcabouços conceituais como o do FASB e do International Accounting Standards Board (IASB), pesquisadores argumentam e procuram fornecer evidências empíricas de que o conceito ainda seja relevante para a tomada de decisão (DICHEV; TANG, 2008, DONELSON et al, 2012; DICHEV et al, 2013; HE; SHAN, 2016; ZIMMERMAM, 2016).

Dichev e Tang (2008), por meio do estudo de séries temporais, demonstraram que houve redução na confrontação entre receitas com as despesas ao longo de quarenta anos. Os autores argumentam que a redução ocorreu em função da mudança nos pronunciamentos contábeis. Assim, a menor correlação entre as receitas e as despesas teria o potencial de reduzir a persistência dos lucros, que é um *input* relevante para avaliação de empresas.

Donelson et al (2012), ao aprofundar os estudos de Dichev e Tang (2008), segregam as despesas em seis tipos de natureza distintas. Quando comparadas com a variação das receitas, os autores concluem que a redução no *matching* seria causado pelos itens classificados como especiais, e não pela mudança de pronunciamentos contábeis. He e Shan (2016) concluem de maneira similar a Donelson et al (2012), com evidências empíricas para 42 países.

Dichev et al, (2013), ao realizarem uma pesquisa com diretores executivos (CEO) de empresas públicas e privadas, encontraram evidências de

que o princípio da confrontação contribuiria para a melhoria da qualidade da informação contábil.

## 2.3 HIPÓTESES

Pesquisas como as de Mozes (2002), Elade e Herbon (2011), Rech (2011) e Angoti et al. (2016) evidenciam que as mudanças na forma de mensuração podem acarretar alterações consideráveis nos valores apresentados nos demonstrativos contábeis, podendo mudar a interpretação dos usuários informação. Estudos que têm como foco ativos financeiros mensurados a valor justo, demonstram que sua utilização levaria à produção de informações de maior relevância para investidores (BARTH; BEAVER, LANDSMAN, 2001).

Konchitchki (2011) argumenta que parte significativa das oscilações de valor seria relativa à captura dos efeitos inflacionários. Assim, Costa et al. (2018) avaliam que o custo de reposição é a técnica de avaliação utilizada para mensuração do valor justo de ativos imobilizados. Dessa forma, parte da oscilação, seria a captura de efeitos inflacionários que alterariam o patamar das despesas e contribuiriam para o aumento da correlação com as receitas, dado que estas últimas estariam a preços correntes. Diante disso, a primeira hipótese foi formulada:

**H<sub>1</sub> – A relação de confrontação entre receitas e despesas, medida por meio de correlação, é superior em companhias que reavaliam os seus ativos em comparação àquelas que não optam pela reavaliação.**

Dado que houve proibição da reavaliação no Brasil, se o *matching* for superior no período em que as mesmas eram aceitas, a expectativa é a de que tal diferença para as empresas que não reavaliavam deveria reduzir ou deixar de existir. Assim, será testada a seguinte hipótese adicional:

**H<sub>2</sub> – A proibição da reavaliação de ativo reduziu a diferença de correlação entre receitas e despesas (*matching*) entre empresas que reavaliaram e não reavaliavam seus ativos.**

## Capítulo 3

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 COLETA DE DADOS E VARIÁVEIS

Objetivando verificar a confrontação das receitas com as despesas das empresas que reavaliaram e das que não reavaliaram seus ativos foi utilizado o método quantitativo de caráter descritivo e com corte longitudinal. A amostra foi composta por dados de empresas listadas na B3, coletados da base Económica, entre os anos de 1995 a 2016. O período em que as reavaliações eram permitidas foi definido entre 1995 e 2007 e o período de sua proibição contemplou os anos de 2010 a 2016. Os anos de 2008 e 2009 foram excluídos em virtude do processo de migração do modelo contábil brasileiro para o internacional.

Uma variável *dummy* foi criada para identificar se a companhia seria classificada como reavaliadora ou não reavaliadora. A variável *DR* assume 1 caso a empresa possua, entre os anos de 1995 e 2016, valor superior a zero para a reserva de reavaliação e 0, caso contrário. Para o período em que as reavaliações foram proibidas, foi gerada uma nova variável *dummy* (*DR2*), que assume o valor de 1 caso a empresa fosse uma reavaliadora em 2007 ( $DR_{i,2007} = 1$ ), e 0, caso contrário.

Seguindo a metodologia de Costa et al. (2018) o nível de confrontação entre receitas e despesas foi medido por meio do cálculo de sua correlação. Para cada empresa e para cada ano, a correlação entre receitas e despesas foi calculada em janelas contemplando os anos  $t$  a  $t-4$ , tipicamente o período em

que as empresas realizam suas reavaliações, conforme art. 183, da resolução CFC nº 1.004/04. Por exemplo, para o ano 2000, foi calculada a correlação entre receitas e despesas, para cada empresa, entre 1996 e 2000. Para 2001, entre 1997 e 2001; e assim, sucessivamente. Consequentemente, o primeiro ano da amostra é 1999, dado que requer dados desde 1995.

Costa et al. (2018) utilizam as correlações, para cada empresa-ano, como variável dependente em seu estudo. O mesmo é realizado nesta pesquisa para dois períodos diferentes (1999-2007 e 2010-2016): comparar se há diferença no nível das correlações entre reavaliadoras e não-reavaliadoras.

Como a depreciação de ativos imobilizados pode tanto ser lançada diretamente ao resultado como pode integrar o custo de mercadorias vendidas, no caso de empresas industriais, duas variáveis para despesa foram contempladas neste trabalho. Assim, foi calculada tanto a correlação entre receitas e despesas operacionais –  $Corr (Rec_{it}, Desp_{it})$  quanto entre receitas e custo de mercadorias vendidas –  $Corr (Rec_{it}, CMV_{it})$ .

Trabalhos como os de Costa et al. (2018), Donelson et. al. (2012) e Dichev e Tang (2008), estimam as despesas operacionais com base na diferença entre a receita e o lucro líquido antes dos itens especiais. Adaptando o cálculo para o Brasil, as despesas operacionais ( $Desp$ ) foram estimadas com base na diferença entre a receita e o lucro antes do resultado não operacional.

Foram utilizadas variáveis de controle que normalmente estão relacionadas às características das empresas que optam pela reavaliação (vide, por exemplo, EASTON; EDDEY; HARRIS, 1993; LOPES; WALKER, 2012). A variável, seu cálculo e o trabalho de referência são apresentados no Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1: DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
$Rec_{it}$	Receita operacional líquida	Dichev e Tang (2008); Donelson et al (2012)
$Desp_{it}$	Despesas operacionais, calculadas como a diferença entre a receita operacional líquida e o lucro líquido antes do resultado não operacional	Dichev e Tang (2008); Donelson et al (2012)
$CMV_{it}$	Custo das mercadorias vendidas	Dichev e Tang (2008); Donelson et al (2012)
$Size_{it}$	Tamanho da empresa, calculado com base no logaritmo do ativo total da empresa	Costa et al (2018); Donelson et al (2012)
$Lev_{it}$	Alavancagem, calculada com base no passivo dividido pelo ativo total	Lopes e Walker (2012)
$Gov_{it}$	Variável <i>dummy</i> que assume 1 para companhias listadas nos níveis diferenciados da B3 (Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2) e 0, caso contrário.	Easton, Edey e Harris (1993); Lopes e Walker (2012)
$DR_{it}$	Variável <i>dummy</i> que assume 1 para empresas reavaliadoras (reserva de reavaliação > 0) e 0, caso contrário	Costa et al (2018)
$DR2_{it}$	Variável <i>dummy</i> que assume 1 se a empresa foi classificada como reavaliadora em 2007 ( $DR_{2007}$ ) e 0, caso contrário	Costa et al (2018)
$Corr(Rec_{it}, Desp_{it})$	Correlação entre receitas ( $Rec_{it}$ ) e despesas operacionais ( $Desp_{it}$ ), calculada para cada empresa, entre os anos $t$ e $t-4$	Costa et al (2018)
$Corr(Rec_{it}, CMV_{it})$	Correlação entre receitas ( $Rec_{it}$ ) e custo das mercadorias vendidas ( $CMV_{it}$ ), calculada para cada empresa, entre os anos $t$ e $t-4$	Costa et al (2018)

Fonte: Confeccionada pelo autor.

### 3.2 MODELO EMPÍRICO

Seguindo a metodologia de Costa et al (2018) o modelo econométrico que captura a confrontação receitas/despesas é dada pela relação cuja variável dependente representa o *matching* entre receita e as despesas e a variável explicativa é uma *dummy* que define se a empresa é reavaliadora ou não, controlados por alavancagem, níveis de governança e tamanho da empresa.

$$Corr(Rec_{it}, Desp_{it}) = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Gov_{it} + \beta_3 Size_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

$Corr (Rec_{it}, CMV_{it})$  é a correlação entre as receitas ( $Rec_{it}$ ) e o Custo das mercadorias vendidas ( $CMV_{it}$ ), calculada para cada empresa, entre os anos  $t$  e  $t-4$ ;  $DR_{it}$  é uma variável *dummy* que reconhece 1 para as empresas reavaliadoras e 0 para as empresas que não reavaliam seus ativos;  $Lev_{it}$  é a variável que controla as observações por alavancagem do ativo, calculadas com base no passivo dividido pelo ativo total;  $Gov_{it}$  é a variável *dummy* que controla as observações conforme sua classificação na B3, sendo: 1 para as empresas do nível 1, nível 2 e novo mercado e 0, caso contrário;  $Size_{it}$  é a variável que controla as empresas pelo tamanho do ativo, calculada com base no logaritmo do ativo total da empresa e  $\epsilon_{it}$  o número aleatório de erros da equação.

Para verificar se a diferença na confrontação receita/custo das mercadorias vendidas possui relação com as reavaliações de ativo foi alterada a variável dependente [ $Corr (Rec_{it}/CMV_{it})$ ] mantendo as demais variáveis.

$$Corr (Rec_{it}/CMV_{it}) = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Gov_{it} + \beta_3 Size_{it} + \epsilon_{it} \quad (2)$$

No qual:

A variável  $Corr (Rec_{it}, Desp_{it})$  é a correlação entre as receitas ( $Rec_{it}$ ) e as despesas operacionais ( $Desp_{it}$ ), calculada para cada empresa, entre os anos  $t$  e  $t-4$ .

A amostra inicial contou 9.474 observações de empresas que possuíam a conta reserva de reavaliação. Da amostra inicial, com a finalidade de evitar distorções oriundas de empresas que operam no setor financeiro, foram retiradas observações referentes às empresas de fundos (63), finanças e

seguros (1.617). Foram excluídas também, as observações de empresas que apresentaram valores contábeis que claramente apresentam erro, como ativos, receitas ou reserva de reavaliação com valores negativos (1.004) além das observações perdidas em razão da metodologia exigir dados do ano corrente e dos quatro anteriores (1.657).

Com o objetivo de mitigar o efeito de variáveis com valores extremos, foi aplicado o método *Winsor*, com tratamento em 1% em cada cauda. Os resultados são apresentados no capítulo seguinte.

## Capítulo 4

### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 4.1 PERÍODO EM QUE AS REAVALIAÇÕES ERAM PERMITIDAS NO BRASIL (ATÉ 2007)

Durante o período de 1995 a 2007, a normativa brasileira permitia a utilização do valor justo para a mensuração de ativos, contudo, existiam duas classes de empresas no Brasil, uma que adotavam a prática da reavaliação de ativos e outra que não utilizavam desse método para demonstrar o seu patrimônio. A seguir, são apresentadas as estatísticas descritivas e as regressões comparando o *matching* entre reavaliadoras e não reavaliadoras.

Na Tabela 1 é apresentada a estatística descritiva com a finalidade de demonstrar o comportamento da amostra em relação à posição e dispersão. Por meio do teste t de *Student*, permitiu-se verificar se há diferença significativa entre as médias das amostras das empresas que reavaliaram e das que não reavaliaram seus ativos entre os anos de 1995 a 2007. A amostra é composta por 2.606 observações, das quais, 44,09% (1.149 obs.) são referentes a empresas que reavaliaram seus ativos e 55,91% (1.457 obs.) correspondem às não-reavaliadoras.

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

VARIÁVEL	REAVALIADORAS			NÃO REAVALIADORAS			DIFERENÇA DE MÉDIAS	
	OBS	MEDIA	D P	OBS	MEDIA	D P		
<i>Rec</i>	1149	0,88	0,61	1457	0,89	0,68	-0,01	
<i>Desp</i>	1149	0,97	0,74	1457	0,90	0,77	0,07	**
<i>CMV</i>	1126	0,66	0,50	1401	0,61	0,51	0,05	**
<i>Size</i>	1149	12,96	1,86	1457	13,60	1,96	-0,64	***
<i>Lev</i>	1149	1,09	1,56	1457	0,77	1,06	0,32	***
<i>Corr(Rec, Desp)</i>	1149	0,82	0,35	1457	0,80	0,36	0,02	*
<i>Corr(Rev, CMV)</i>	1126	0,90	0,24	1401	0,84	0,30	0,06	***

Fonte: Confeccionada pelo autor.

A tabela 1 contém a estatística descritiva da amostra onde, OBS são o número de observações, MÉDIA corresponde à média aritmética e D P representa o desvio padrão das variáveis. *Rec* representa a receita operacional líquida; *Desp* representa as despesas operacionais, calculadas como a diferença entre a receita operacional líquida e o lucro líquido antes do resultado operacional; *CMV* é o custo das mercadorias vendidas; *Size* representa o tamanho das empresas, calculado com base no logaritmo do ativo total da empresa; *Corr (Rec, Desp)* é a correlação entre as receita operacional líquida ( $Rev_{it}$ ) e as despesas operacionais ( $Desp_{it}$ ) e a *Corr (Rev, CMV)* representa a correlação das receitas operacionais líquidas com o Custo das mercadorias Vendidas. As variáveis *Rec*, *Desp* e *CMV* são apresentadas deflacionadas pelo total de ativos do ano anterior. \*, \*\* e \*\*\* representam coeficientes significativos a 10%, 5% e 1% respectivamente.

Da análise de resultados apresentados na Tabela 1, verifica-se que não há diferença significativa entre as receitas (*Rec*) dos dois grupos, indicando, conforme Costa et. al. (2018), de que refletem preços correntes. Para as demais variáveis, encontram-se diferenças significativas com diferentes níveis de significância. Os resultados apresentados corroboram os trabalhos de Andina (2013) e Baek e Lee (2016), de que diferentes tipos de incentivo podem motivar a opção pela reavaliação, justificando seu emprego como variáveis de controle.

As empresas que reavaliam seus ativos possuem valores superiores de despesas (*Desp*), custos com mercadorias vendidas (*CMV*), são mais alavancadas (*Lev*) e possuem maior tamanho (*Size*), corroborando achados da literatura anterior (LOPES; WALKER, 2012; COSTA et al., 2018). Em relação às correlações, há diferenças significativas para a correlação entre receitas e despesas operacionais (nível de confiança de 90%) e entre receitas e custo das mercadorias vendidas (nível de confiança de 99%).

Na Tabela 2 são apresentados os resultados das regressões que avaliam se há diferença entre o nível de correlação entre receitas e despesas [ $Corr(Rec, Desp)$  ou  $Corr(Rec, CMV)$ ] entre reavaliadoras e não reavaliadoras ( $DR$ ). Conforme mencionado anteriormente, há controle para alavancagem ( $Lev$ ), tamanho ( $Size$ ) e governança corporativa ( $Gov$ ). Além dos controles de ano e setor econômica também inseridos.

TABELA 2: REGRESSÃO PERÍODO PERMITIDO.

PAINEL A				
REGRESSÃO - CORRELAÇÃO RECEITAS/DESPESAS				
	VARIAVEL	COEFICIENTE	P >  t	
	DR	0,0293	0,0450	**
	LEV	-0,0604	0,0000	***
	SIZE	-0,0040	0,3980	
	GOV	0,0729	0,0000	***
	DUMMY ANO		SIM	
	DUMMY SETOR		SIM	

  

PAINEL B				
REGRESSÃO - CORRELAÇÃO RECEITAS/CMV				
	VARIAVEL	COEFICIENTE	P >  t	
	DR	0,0328	0,0050	**
	LEV	0,0059	0,1840	
	SIZE	0,0050	0,1810	
	GOV	0,0292	0,0540	**
	DUMMY ANO		SIM	
	DUMMY SETOR		SIM	

Fonte: Confeccionada pelo autor.

A Tabela 2 demonstra a regressão dos modelos econométricos  $Corr(Rec/Desp) = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Gov_{it} + \beta_4 Size_{it} + \epsilon_{it}(1)$  e  $Corr(Rec/CMV) = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Gov_{it} + \beta_4 Size_{it} + \epsilon_{it}(1)$ , onde  $Corr(rec/Desp)$  é a variável dependente que demonstra a correlação Receitas/despesas,  $Corr(Rec/CMV)$  é a variável dependente que demonstra o matching entre as receitas e o custo das mercadorias vendidas,  $DR$  é a variável dummy onde 1 são as empresas reavaliadoras e 0 as empresas que não reavaliaram seus ativos,  $Lev$  variável de controle que mede a alavancagem,  $SIZE$  é a variável de controle medida pelo tamanho da empresas, e  $GOV$  é uma variável de controle onde 1 representa os níveis 1, 2 e novos mercados conforme classificação na BM&FBOVESPA. \*, \*\* e \*\*\* representam o índice de significância a 10%, 5% e 1% respectivamente.

No painel A da Tabela 2, é apresentada a regressão do *matching* entre receitas e despesas operacionais,  $Corr(Rec, Desp)$  e os dois grupos de empresas ( $DR$ ). Os resultados indicam, com 95% de confiança, de que a

correlação é superior para empresas que optaram pela reavaliação de ativos. Em relação às variáveis de controle, somente o tamanho (*Size*) não foi estatisticamente significativa (nível de confiança de 95%). No Painel B, são apresentados os resultados levando-se em consideração o *matching* entre receitas e o custo das mercadorias vendidas, *Corr (Rec, CMV)*. De maneira similar, a correlação é superior para empresas que optam pela reavaliação (coeficiente positivo e estatisticamente significativa a 99%).

Os resultados evidenciam que as empresas que reavaliaram possuem *matching* superior (maior correlação) quando comparadas às não-reavaliadoras. Os resultados indicam que os achados de Costa et al. (2018) também são válidos para um ambiente institucional diferente do britânico, como é o caso do brasileiro. Possivelmente, a utilização do valor justo poderia atenuar os efeitos da inflação sobre as despesas ao longo do tempo, especialmente para ativos de longo prazo, como é o caso daqueles classificados no imobilizado.

#### 4.2 PERÍODO EM QUE AS REAVALIAÇÕES SÃO PROIBIDAS NO BRASIL (2010 A 2016)

A lei 11.638/2007 proibiu a reavaliação de ativos no Brasil a partir do exercício financeiro de 2008. Em virtude da adoção plena das IFRS somente em 2010, os anos de 2008 e de 2009 não foram contemplados. Na tabela 3 são apresentadas as estatísticas descritivas, comparando-se empresas que costumavam reavaliar seus ativos (em 2007) e aquelas que não faziam tal opção, ao longo do período em que as mesmas foram proibidas. A amostra contou com 1.904 observações, das quais, 35,71% (680 obs.) são referentes

às empresas que reavaliaram seus ativos no período permitido e 64,29% (1.224 obs.) correspondentes às demais empresas.

**TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA PERÍODO ONDE NÃO SE PERMITE A REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.**

VARIÁVEL	REAVALIADORES			NÃO REAVALIADORES			DIFERENÇA DE MÉDIAS	
	OBS	MEDIA	D P	OBS	MEDIA	D P		
<i>Rec</i>	680	0,74	0,65	1224	0,71	0,54	0,03	
<i>Desp</i>	680	0,79	0,70	1224	0,69	0,57	0,10	***
<i>CMV</i>	662	0,56	0,50	1229	0,50	0,46	0,06	**
<i>Size</i>	680	13,98	1,95	1224	14,75	1,74	-0,77	***
<i>Lev</i>	680	1,01	1,31	1224	0,67	0,70	0,34	***
<i>Corr(Rec, Desp)</i>	680	0,77	0,41	1224	0,85	0,34	-0,08	***
<i>Corr(Rec, CMV)</i>	662	0,88	0,28	1229	0,88	0,25	0,00	

Fonte: Confeccionada pelo autor.

A tabela 3 contém a estatística descritiva da amostra onde, OBS são o número de observações, MÉDIA corresponde à média aritmética e D P representa o desvio padrão das variáveis. *Rec* representa a receita operacional líquida; *Desp* representa as despesas operacionais, calculadas como a diferença entre a receita operacional líquida e o lucro líquido antes do resultado operacional; *CMV* é o custo das mercadorias vendidas; *Size* representa o tamanho das empresas, calculado com base no logaritmo do ativo total da empresa; *Corr(Rec, Desp)* é a correlação entre as receita operacional líquida ( $Rev_{it}$ ) e as despesas operacionais ( $Desp_{it}$ ) e a *Corr(Rec, CMV)* representa a correlação das receitas operacionais líquidas com o Custo das mercadorias Vendidas. As variáveis *Rec*, *Desp* e *CMV* são apresentadas deflacionadas pelo total de ativos do ano anterior. \*, \*\* e \*\*\* representam coeficientes significativos a 10%, 5% e 1% respectivamente.

Por meio do teste t de *Student*, identifica-se que não há diferença entre as receitas (*Rec*), de maneira similar ao período anterior (até 2007). No caso específico das correlações, os resultados univariados já começam a indicar diferença em seu comportamento no período em que as reavaliações foram proibidas. Enquanto não há diferença estatisticamente significativa para a correlação entre receitas e custo das mercadorias vendidas [*Corr(Rec, CMV)*], a correlação entre receitas e despesas operacionais [*Corr(Rec, Desp)*] passa a ser inferior para o grupo das que costumavam reavaliar seus ativos (estatisticamente significativa a 99%). Adicionalmente, os resultados indicam que as antigas reavaliadoras possuem menor tamanho (*Size*) e são mais alavancadas (*Lev*) no período pós-IFRS.

Na Tabela 4, são apresentados os resultados que comparavam a confrontação de receitas e despesas entre os dois grupos:

**TABELA 4: REGRESSÃO DA CORRELAÇÃO RECEITA/DESPESAS E RECEITAS/CMV NO PERÍODO PÓS-PROIBIÇÃO DA REAVALIAÇÃO DE ATIVOS NO BRASIL.**

**PAINEL A**

**REGRESSÃO - CORRELAÇÃO RECEITAS/DESPESAS**

VARIÁVEL	COEFICIENTE	P >  t	
DR	-0,0651	0,0010	***
LEV	-0,0870	0,0000	***
SIZE	0,0026	0,6570	
GOV	-0,0157	0,4360	
DUMMY ANO			SIM
DUMMY SETOR			SIM

**PAINEL B**

**REGRESSÃO - CORRELAÇÃO RECEITAS/CMV**

VARIÁVEL	COEFICIENTE	P >  t	
DR	-0,0206	0,1220	
LEV	-0,0321	0,0000	***
SIZE	-0,0015	0,7100	
GOV	-0,0340	0,0180	**
DUMMY ANO			SIM
DUMMY SETOR			SIM

Fonte: Confeccionada pelo autor

A Tabela 4 demonstra a regressão dos modelos econométricos  $Corr(Rec_{it}, /Desp_{it}) = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Gov_{it} + \beta_3 Size_{it} + \epsilon_{it}$  (1) e  $Corr(Rec_{it}, CMV_{it}) = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Gov_{it} + \beta_3 Size_{it} + \epsilon_{it}$  (2), onde  $Corr(Rec, Desp)$  é a variável dependente que demonstra a correlação receitas/despesas,  $Corr(Rec, CMV_{it})$  é a variável dependente que demonstra o matching entre as receitas e o custo das mercadorias vendidas,  $DR$  é a variável dummy onde 1 são as empresas reavaliadoras e 0 as empresas que não reavaliaram seus ativos,  $Lev$  é a variável de controle que mede a alavancagem,  $SIZE$  é a variável de controle medida pelo tamanho da empresa, e  $GOV$  é uma variável de controle onde 1 representa os níveis 1, 2 e novos mercados conforme classificação na B3. \*, \*\* e \*\*\* representam o índice de significância a 10%, 5% e 1% respectivamente.

No Painel A, os resultados indicam que a correlação entre receitas e despesas operacionais é inferior para as empresas que reavaliavam seus ativos (coeficiente negativo e estatisticamente significativo a 99%). Já no Painel B, os resultados indicam que não há diferença no *matching* baseado entre receitas e custo das mercadorias vendidas entre os dois grupos de empresas.

Os resultados indicam que houve redução no *matching* no período entre 2010 e 2016. A diferença chega a ser negativa, no caso das despesas operacionais. As evidências, portanto, confirmam a hipótese de redução e um dos fatores que pode explicar é a restrição imposta ao método da reavaliação a partir de 2008. Dado que outros fatores podem influenciar a qualidade da informação contábil após a adoção das IFRS no Brasil, espera-se que futuras pesquisas possam comprovar se, de fato, a queda no nível de confrontação de receitas e despesas seria motivada pela proibição da reavaliação.

Na Tabela 5, é apresentada uma comparação que visa resumir os achados da pesquisa.

**TABELA 5: CONFRONTAÇÃO DA REGRESSÃO DO PERÍODO PERMITIDO COM O PERÍODO PROIBIDO.**

**PAINEL A - Período onde a Reavaliação de Ativos é Permitida**

	REAVALIADORES (REAV)		NÃO REAVALIADORES (NÃO REAV)		DIFERENÇA CORRELAÇÃO (REAV - NÃO REAV)	
	OBS	CORR	OBS	CORR		
<b>Corr (Rev/Exp)</b>	1149	0.8272	1457	0.7978	0.2937	**
<b>Corr (Rev/CMV)</b>	1126	0.8241	1401	0.7913	0.3281	**

**PAINEL B - Período onde a Reavaliação Foi Proibida**

	REAVALIADORES (REAV)		NÃO REAVALIADORES (NÃO REAV)		DIFERENÇA CORRELAÇÃO (REAV - NÃO REAV)	
	OBS	CORR	OBS	CORR		
<b>Corr (Rev/Exp)</b>	680	0.8562	1457	0.9213	-0.0651	***
<b>Corr (Rev/CMV)</b>	662	0.9010	1401	0.9217	-0.2067	

Fonte: Confeccionada Pelo Autor

A tabela 5 demonstra a comparação entre as correlações receitas/Despesas e Receitas/CMV. O painel A demonstra a confrontação das correlações no momento onde se permitia a reavaliação de ativos e no Painel B é demonstrado a comparação para o período onde não se permite a reavaliação de ativos. OBS apresenta o número de observações, CORR são os coeficientes das regressões  $(Rec/Desp) = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Gov_{it} + \beta_3 Size_{it} + \epsilon_{it}$  (1) e  $Corr (Rec/CMV) = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 Lev_{it} + \beta_3 Gov_{it} + \beta_3 Size_{it} + \epsilon_{it}$  (2),

De maneira geral, os resultados corroboram com as expectativas, traduzidas nas hipóteses 1 e 2. O *matching* era superior para empresas que

reavaliavam seus ativos (H1), entre 1999 e 2007, e o período da proibição coincide com a sua redução (H2).

## Capítulo 5

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência aos padrões contábeis internacionais idealizados pela IFRS tem como premissa o *balance sheet approach*, e não mais como o elaborado por Paton e Littleton (1940) que defendiam a *income statement approach*. Porém, diferentemente do argumentado por alguns autores, como Dichev e Tang (2008), a aplicação do valor justo pode contribuir para a confrontação de receitas e despesas. Assim, os achados corroboram com Donelson et al. (2011), de que impactos no *matching* seriam gerados por fatores diferentes da adoção da abordagem do balanço.

As evidências encontradas no Brasil corroboraram os achados de Costa et al. (2018) para empresas britânicas. O emprego do valor justo seria capaz de influenciar o nível de despesas e resultar em uma correlação superior com as receitas. Adicionalmente, o contexto único brasileiro, dado a proibição das reavaliações, permitiu avaliar a redução no *matching* após a adoção das IFRS, mas restringindo-se a aplicação do método para ativos imobilizados.

Nesse contexto a pesquisa teve como escopo a análise do *matching* das empresas que reavaliaram e das que não reavaliaram seus ativos de forma a verificar se a mudança na norma contábil produziu uma melhora na qualidade da informação contábil.

Há de se considerar que o *matching* inferior após 2008 pode não ter ocorrido apenas em razão da proibição da reavaliação de ativos, pois a convergência às normas internacionais promoveu várias alterações no

arcabouço contábil brasileiro. Porém, a constatação é relevante para restaurar o debate sobre a adequação da proibição implementada por lei. Trata-se, portanto, de indício que pode ser estudado de maneira específica em futuras pesquisas.

Apesar do rigor científico, a pesquisa apresenta algumas limitações. Não foram considerados, por exemplo, os efeitos de todas as práticas contábeis introduzidas pela convergência às normas internacionais no Brasil. Seus efeitos, combinados com a proibição da reavaliação, ainda são um tema que pode ser explorado em futuros trabalhos. Também podem ser testadas novas métricas e abordagens para comparação entre companhias, como a própria formação do grupo de controle (por exemplo, *propensity score matching*).

Além disso, como sugestão para futuras pesquisas, seria interessante a análise das vantagens e desvantagens da proibição da reavaliação de ativos por setores da economia, bem como, uma investigação sobre os impactos que outros pronunciamentos técnicos (CPC) podem acarretar na informação contábil relativa ao tema, entre outras pesquisas correlatas.

Espera-se que as evidências deste trabalho e pesquisas posteriores possam contribuir para a revisitação da decisão do Brasil em proibir as reavaliações, diferentemente de outras jurisdições que adotam as IFRS.

## REFERÊNCIAS

ABOODY, David; BARTH, Mary E.; KASZNIK, Ron. Revaluations of fixed assets and future firm performance: Evidence from the UK1. **Journal of Accounting and Economics**, v. 26, n. 1-3, p. 149-178, 1999.

ANDINA, Crişan Sorana et al. Can Asset Revaluation Be Manipulative?- A Case Study. **THE ANNALS OF THE UNIVERSITY OF ORADEA**, p. 1198, 2013.

ANGOTTI, Marcello; DE MACEDO, Hugo Costa; DE ALMEIDA BISPO, Oscar Neto. Poder Preditivo e Value Relevance da Demonstração do Resultado Abrangente: uma análise das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Enfoque**, v. 35, n. 3, p. 1, 2016.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

BAEK, H. Young; LEE, Dong Young. Motives for and Effects of Asset Revaluation: An Examination of South Korean Data. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 52, n. 12, p. 2808-2817, 2016

BARTH, Mary E.; CLINCH, Greg. Revalued financial, tangible, and intangible assets: Associations with share prices and non-market-based value estimates. **Journal of Accounting Research**, v. 36, p. 199-233, 1998.

\_\_\_\_\_, Mary E.; BEAVER, William H.; LANDSMAN, Wayne R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of accounting and economics**, v. 31, n. 1, p. 77-104, 2001;

\_\_\_\_\_.; ELLIOTT, John A.; FINN, Mark W. Market rewards associated with patterns of increasing earnings. **Journal of Accounting Research**, v. 37, 1999.

BATISTELLA, Flávio Donizete. **Reavaliação de ativos e correção monetária integral no Brasil: um estudo de *value relevance***. 2011.89 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL, **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Estabelece critérios para tributação da pessoa jurídica.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7 6.404, de 15 de setembro de 1976. Dispõe sobre sociedades por ações.**

\_\_\_\_\_. Resolução CFC. 1004/04 Aprova a NBC T 19.6-Reavaliação de ativos, de 19 de agosto de 2004. **Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, DF, 2004.

CHRISTENSEN, Hans B.; NIKOLAEV, Valeri V. Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test? **Review of Accounting Studies**, v. 18, n. 3, p. 734-775, 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação 183, de 19 de junho de 1995. Aprova pronunciamento IBRACON sobre reavaliações de ativos.**

COSTA, Fábio Moraes da. Et al. **The effects of fair value on the matching of revenues and expenses: the case of asset revaluations.** 2018. No prelo.

DICHEV, Iliia D. et al. Earnings quality: Evidence from the field. **Journal of Accounting and Economics**, v. 56, n. 2-3, p. 1-33, 2013.

\_\_\_\_\_; TANG, Vicki Wei. Matching and the changing properties of accounting earnings over the last 40 years. **The Accounting Review**, v. 83, n. 6, p. 1425-1460, 2008.

DONELSON, Dain C.; JENNINGS, Ross; MCINNIS, John. Changes over time in the revenue-expense relation: Accounting or economics?. **The Accounting Review**, v. 86, n. 3, p. 945-974, 2011.

DUARTE, Gabriela et al. **Reavaliação de Ativos: Realização x Estorno, tratamento dado após o advento da lei 11.638/07 pelas sociedades de capital abertas brasileiras.** 2010.

EASTON, Peter D.; EDDEY, Peter H.; HARRIS, Trevor S. An investigation of revaluations of tangible long-lived assets. **Journal of Accounting Research**, p. 1-38, 1993.

ELAD, C.; HERBOHN, K. **Implementing Fair Value in the Agricultural Sector.** Scotland, 2011.

HE, Wen; SHAN, Yaowen. International evidence on the matching between revenues and expenses. **Contemporary Accounting Research**, v. 33, n. 3, p. 1267-1297, 2016.

KONCHITCHKI, Yaniv. Inflation and nominal financial reporting: implications for performance and stock prices. **The Accounting Review**, v. 86, n. 3, p. 1045-1085, 2011.

LITTLETON, A. Charles. **What is profit?** **Accounting Review**, p. 278-288, 1928.

LOPES, Alexandro Broedel; WALKER, Martin. Asset revaluations, future firm performance and firm-level corporate governance arrangements: New evidence from Brazil. **The British Accounting Review**, v. 44, n. 2, p. 53-67, 2012.

MOZES, Haim A. The value relevance of financial institutions' fair value disclosures: A study in the difficulty of linking unrealized gains and losses to equity values. **Abacus**, v. 38, n. 1, p. 1-15, 2002.

PAIK, Gyung. The value relevance of fixed asset revaluation reserves in international accounting. **International Management Review**, v. 5, n. 2, p. 73, 2009.

PATON, W. A.; LITTLETON, A. C. An Introduction to Corporate Accounting Standards (American Accounting Association, 1940). **Paton An Introduction to Corporate Accounting Standards**, 1940.

RECH, Ilirio José. **Formação do valor justo dos ativos biológicos sem mercado ativo: uma análise baseada no valor presente**. 2011. 190f. Dissertação (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Luiz Carlos Souza; SILVA, Wesley Luiz da; CARVALHO, Iara Medeiros de. Mudanças significativas ocorridas no ativo imobilizado devido à implantação das normas internacionais de Contabilidade-IFRS. **Revista Interatividade**, v. 2, n. 1, p. 135-145, 2014.

SANTOS, Edilene Santana. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil: um exame dos ajustes aos resultados nas DFPs de 2008. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, 2012.

SCHVIRCK, Eliandro; GIASSON, Oldair Roberto. Perfil econômico-financeiro de empresas que fazem e que não fazem reavaliação de ativos. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 5, n. 3, 2008.

SOUZA, Fláida Êmine Alves de LEMES, Sirlei. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 27, n. 71, p. 169-184, 2016.

STOREY, Reed K.; STOREY, Sylvia. **The framework of financial accounting concepts and standards**. Financial Accounting Standards Board, 1998.

SZUSTER, Natan; FERNANDES, Fernanda da Silva. Comparação entre redução ao valor recuperável de ativos e reavaliação de ativos. **Pensar Contábil**, v. 11, n. 45, 2009.

TAVARES FILHO, Francisco et al. **Reavaliação de Ativos Imobilizados no Brasil face aos Princípios Contábeis, Segundo a Estrutura Conceitual do IBRACON – CVM**. 2011.

TEIXEIRA, Aridélmo; LOPES, Alexandro; COSTA, Fábio. The Value-Relevance of Revaluation Reserves in Brazil: an Empirical Investigation. In: 4º CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.

ZEFF, Stephen A. The evolution of the conceptual framework for business enterprises in the United States. **Accounting Historians Journal**, v. 26, n. 2, p. 89-131, 1999.

\_\_\_\_\_. **An Introduction to Corporate Accounting Standards: Detecting Paton's and Littleton's Influences**. 2017.

ZIMMERMAN, Aleksandra B.; BLOOM, Robert. The Matching Principle Revisited. **Accounting Historians Journal**, v. 43, n. 1, p. 79-119, 2016.